

Editorial

A infância mapuche de Neuquén em tempos marcados pelas novas direitas

Neste editorial, abordaremos a complexa conjuntura pela qual passa a infância mapuche na província de Neuquén (Argentina), a partir de uma perspectiva antropológica contextualizada. Com base em 25 anos de pesquisa etnográfica e acompanhamento de famílias e comunidades mapuches nas regiões central e sul dessa província, examinamos as transformações estruturais decorrentes da guinada política para a direita iniciada no final de 2023. A análise concentra-se na precarização das condições de vida das infâncias, no impacto de desastres socioambientais, nos cortes nas políticas de previdência social e educação, no surgimento de discursos governamentais hostis e na subsequente reprivatização dos cuidados. Diante desse cenário, documentam-se as práticas comunitárias de resistência e transmissão de conhecimentos centradas no mapuche *kimvn*, o conhecimento mapuche.

Contextualização política e precarização da vida

A posse do novo governo em nível nacional no final de 2023 inaugurou uma reconfiguração macroeconômica orientada prioritariamente para o controle da inflação e a manutenção de um suposto equilíbrio fiscal. Esse programa foi implementado por meio de severos cortes nos gastos públicos, afetando áreas críticas como saúde, educação, transporte, previdência social e obras públicas. Tais medidas não apenas resultaram em demissões e no desmantelamento de órgãos ministeriais e agências estatais nacionais nas esferas provinciais, mas também agravaram as condições de precariedade do tecido social, com um impacto acentuado sobre as infâncias. Assim, em julho de 2025, o índice de pobreza entre a população infantil e adolescente atingiu 53%, evidenciando que a prevalência desse flagelo é substancialmente maior nesse segmento em comparação com o restante da população.

Essa crise econômica, provocada pelo programa de governo implementado, gerou um endividamento generalizado nas economias domésticas. Nas áreas rurais, as famílias enfrentam graves dificuldades para arcar com os aumentos mensais das tarifas dos serviços públicos e adquirir alimentos essenciais para o consumo. Testemunho disso é o relato de uma mãe da zona rural do Departamento de Huiliches, em agosto de 2025: “As coisas das crianças: você tem que comprar iogurte, fraldas. A carestia é tremenda”.

O desinvestimento estatal se manifesta também na interrupção da trajetória escolar devido à falta de transporte público nas áreas rurais e no desmantelamento de programas de retenção escolar. Um exemplo disso é o programa de bolsas de estudo Progresar, que registrou uma redução de 500 mil beneficiários durante o ano de 2024, diminuindo a cobertura total de 1,8 para 1,3 milhão de jovens. No contexto mapuche de Neuquén, essa perda foi resumida por uma professora local em agosto de 2024, que afirmou que “muitas Progresar foram perdidas”. No que diz respeito à infraestrutura escolar, a falta de manutenção resultou na perda repetida de jornadas letivas devido a colapsos nos sistemas de esgoto e à falta de aquecedores em funcionamento, questão de vital importância na região da Patagônia.

A deterioração da rede de cuidados e alimentação escolar

A precarização estrutural à qual nos referimos também vem corroendo os apoios nutricionais e institucionais básicos da infância. Nas escolas rurais, os refeitórios escolares enfrentam restrições orçamentárias e escassez de suprimentos diante do aumento sustentado dos preços. Uma professora mapuche de uma instituição da província descreveu essa problemática em agosto de 2025: “chegam poucos recursos, os alimentos são caros. Nós nos viramos comendo ensopado e macarrão”.

Essa dieta, caracterizada pela escassez de verduras frescas e pela presença marginal de proteínas, diminui sensivelmente o valor nutricional da alimentação que os alunos recebem. Esses fenômenos ilustram a violência que um modelo de capitalismo financeirizado exerce sobre a classe trabalhadora, o qual, segundo Fraser, de maneira sistemática “suga valor dos lares, das famílias, das comunidades e da natureza essencialmente por meio da dívida” (2016, p. 127, tradução nossa).

A negligência do Estado forçou respostas comunitárias extremas diante de eventos críticos. Por exemplo, diante dos incêndios devastadores nas cordilheiras em março de 2025, a demora na assistência governamental obrigou a própria população mapuche, incluindo crianças a partir dos 11 anos de idade, a se auto-organizar em brigadas de emergência para a criação de faixas de proteção contra o fogo. Da mesma forma, a ausência de cobertura de saúde elementar se reflete também na necessidade das famílias de recorrer à organização de rifas comunitárias para financiar tratamentos médicos básicos, como o atendimento odontológico das crianças.

Violências, reprivatização e “destronização da infância”

As reformas regressivas e de ajuste fiscal têm sido promovidas ativamente na arena pública por autoridades nacionais, com uma amplificação acentuada nas plataformas digitais e nas redes sociais. Nesse ambiente virtual, tem-se observado um aumento da violência verbal direcionada às infâncias, um padrão de hostilidade que também se volta contra o sistema científico, as universidades, os aposentados e o setor de pessoas com deficiência. De fato, no momento da redação destas linhas, o corpo docente universitário mantém medidas de força diante do descumprimento da Lei de Financiamento Universitário.

Esse clima de violência simbólica e física se materializa em casos de grande gravidade institucional e social:

1. A agressão física contra uma criança de 10 anos em setembro de 2024, que foi atingida por gás-pimenta pelas forças policiais durante uma manifestação em defesa da mobilidade previdenciária. Sobre esse ocorrido, a menina declarou: “Sinto que os policiais se orgulhavam de atirar gás pimenta em nós; além disso, Patricia Bullrich (na época, ministra da Segurança) culpa minha mãe por ter me levado à manifestação”.
2. O assédio digital contra Ian Moche, um ativista neurodivergente de 12 anos com autismo. No contexto das reivindicações contra os cortes nas políticas para pessoas com deficiência, o menino foi alvo de ataques sistemáticos na plataforma X por parte do presidente da Nação e de seus partidários, que divulgaram informações confidenciais de sua vida privada, como sua escola e seu endereço residencial. Posteriormente, em canal aberto, o então diretor da Agência Nacional de Deficiência, Diego Spagnuolo, questionou a mãe do menino, alegando que a responsabilidade por um filho com deficiência cabia exclusivamente à família e não ao Estado.

Essas dinâmicas configuram o que, analiticamente, pode ser definido como um processo de “desentronização da infância”, pelo qual se tenta retirar as questões relacionadas aos direitos da infância da esfera do debate público e das obrigações do Estado para realocá-las como um assunto de âmbito estritamente privado e familiar. Busca-se, assim, ofuscar os modelos de desenvolvimento precedentes que consagravam às crianças um papel prioritário, alinhado com as concepções do valor incomensurável da infância (ZELIZER, 1985), construídas historicamente sob a influência das potências do Atlântico Norte.

Essa desestatização anda de mãos dadas com uma reprivatização dos cuidados, que sobrecarrega os lares — e, fundamentalmente, as mulheres — com responsabilidades e tarefas de subsistência (COOPER, 2017; EPELE, 2010). Por sua vez, ela enfraquece e fragmenta o tecido comunitário de apoio (MORANO et al., 2025), ao mesmo tempo em que dificulta a realização de projetos de pesquisa socioantropológica voltados para a infância, devido ao questionamento e ao desfinanciamento das ciências sociais.

Dinâmicas locais, “neuquinidade” e resistência mapuche

Apesar da convergência nacional dessas políticas, os efeitos locais apresentam variações significativas na província de Neuquén. Embora as comunidades mapuches da região sofram episódios de violência institucional e repressão policial no contexto de reivindicações territoriais e identitárias, a agressividade verbal contra as crianças no espaço de discussão pública não atinge a mesma magnitude. Isso está associado à vigência de noções político-culturais ligadas à “neuquinidade”, que se caracteriza por altos níveis de articulação comunitária e uma densa rede de mobilização social em defesa dos direitos humanos, dos direitos do povo mapuche e das garantias das crianças e adolescentes.

iante do avanço do capitalismo tardio e das novas direitas, as famílias e comunidades mapuches desenvolvem, de forma persistente, estratégias situadas de resistência. Essas estratégias não se limitam à ação direta no espaço público, mas envolvem a ativação e a aplicação do mapuche *kimvn* (conhecimento ancestral mapuche) como um conjunto de ferramentas para mitigar as adversidades materiais e simbólicas.

Uma dimensão em que se registraram avanços significativos é a da educação. Por um lado, diferentes comunidades continuam fortalecendo suas próprias práticas educacionais na formação de suas crianças. Por outro lado, em diversas escolas de Neuquén, a educação mapuche também está se fortalecendo por meio da incorporação do ensino do *mapuzugun* – a língua mapuche –, da ourivesaria, do tear e de elementos centrais do conhecimento mapuche sobre seu entorno, ministrados por professores das comunidades. Apesar de enfrentarem atritos, questionamentos e desrespeito por parte de setores do corpo docente formal, as crianças e suas famílias demonstram um interesse contínuo e um processo de apropriação ativa desses conhecimentos ligados ao modo mapuche de pensar e de estar no mundo.

Andrea Szulc (Universidad de Buenos Aires - CONICET)

Editora Associada

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COOPR, M. **Family Values**. Between Neoliberalism and the New Social Conservatism. New York: Zone Books, 2017.

EPELE, M. **Sujetar por la herida**: Una etnografía sobre drogas, pobreza y salud. Buenos Aires: Paidós, 2010.

FRASER, N. “Las contradicciones del capital y los cuidados”. **The new left review**, n. 100, p. 111-132, 2020.

MORANO, L. et al. “Diálogos antropológicos para pensar la niñez y su cuidado en tiempos signados por las nuevas derechas”. XIII Congreso de Antropología Social, San Salvador de Jujuy, Universidad Nacional de Jujuy. 2025.

ZELIZER, V. **Pricing the priceless child**. *The changing social value of children*. New York: Basic Books, Inc. Publishers, 1985.

Editorial

La niñez mapuche de Neuquén en tiempos signados por las nuevas derechas

En el presente editorial nos detendremos en la compleja coyuntura que atraviesa la infancia mapuche en la provincia de Neuquén (Argentina) a partir de una mirada antropológica situada. Con base en veinticinco años de investigación etnográfica y acompañamiento de familias y comunidades mapuche en las regiones centro y sur de esa provincia, se examinan las transformaciones estructurales derivadas del giro político hacia la derecha iniciado a fines de 2023. El análisis se centra en la precarización de las condiciones de vida de las infancias, el impacto de desastres socioambientales, los recortes en las políticas de seguridad social y educación, la emergencia de discursos gubernamentales hostiles y la subsiguiente reprivatización de los cuidados. Frente a este escenario, se documentan las prácticas comunitarias de resistencia y transmisión de saberes nucleadas en el mapuche *kimvn*, conocimiento mapuche.

Contextualización Política y Precarización de la Vida

La asunción del nuevo signo político a nivel nacional a fines de 2023 inauguró una reconfiguración macroeconómica orientada de manera prioritaria al control inflacionario y al sostenimiento de un supuesto equilibrio fiscal. Este programa se ha operativizado a través de severos ajustes del gasto público, impactando en áreas críticas como salud, educación, transporte, seguridad social y obras públicas. Dichas medidas no solo se tradujeron en despidos y en el desmantelamiento de delegaciones de ministerios y agencias estatales nacionales en ámbitos provinciales, sino que agudizaron las condiciones de precariedad del tejido social, con un impacto acentuado sobre las infancias. Así, para julio de 2025, el índice de pobreza en la población infantil y adolescente alcanzó el 53%, evidenciando que la prevalencia de este flagelo es sustantivamente mayor en este segmento en comparación con el resto de la población.

Esta crisis económica, producida por el programa de gobierno aplicado, ha generado un endeudamiento generalizado en las economías domésticas. En áreas rurales, las familias enfrentan severos obstáculos para costear los incrementos mensuales de las tarifas de servicios públicos y adquirir alimentos esenciales de consumo. Testigo de ello es el relato de una madre de la zona rural del Departamento de Huiliches en agosto de 2025: “Cosas para los niños: hay que comprar yogur, pañales. La carestía es tremenda”.

La desinversión estatal se manifiesta asimismo en la interrupción de trayectorias escolares debido a la falta de transporte público en áreas rurales y en la desarticulación de programas de retención escolar. Un ejemplo de esto es el programa de becas Progresar, que registró una contracción de 500.000 beneficiarios/as durante el año 2024, reduciendo la cobertura total de 1,8 a 1,3 millones de jóvenes. En el contexto mapuche de Neuquén, esta pérdida fue sintetizada por una docente local en agosto de 2024 afirmando que “se cayeron muchas Progresar”. A nivel de infraestructura escolar, la falta de mantenimiento ha derivado en la pérdida reiterada de jornadas de clase por colapsos en los sistemas cloacales y por la falta de calefactores en funcionamiento, cuestión de vital importancia en la región de la Patagonia.

El Deterioro de la Red de Cuidados y Alimentación Escolar

La precarización estructural a la que nos referimos viene erosionando también los soportes nutricionales e institucionales básicos de la niñez. En las escuelas rurales, los comedores escolares experimentan restricciones presupuestarias y desabastecimiento frente al aumento sostenido de precios. Una docente mapuche de una institución de la provincia describió esta problemática en agosto de 2025: “llegan pocos recursos, la mercadería es cara. Nos arreglamos comiendo guiso y tallarines”.

Esta dieta, caracterizada por la escasez de verduras frescas y una presencia marginal de proteínas, disminuye sensiblemente el valor nutricional de la alimentación que reciben los/as estudiantes. Estos fenómenos ilustran la violencia que ejerce un modelo de capitalismo financiarizado sobre la clase trabajadora, el cual, de acuerdo con Fraser, de manera sistemática “succiona valor de los hogares, las familias, las comunidades y la naturaleza esencialmente a través de la deuda” (2016, p.127).

La desatención estatal ha forzado respuestas comunitarias extremas ante eventos críticos- Por ejemplo, ante los devastadores incendios cordilleranos de marzo de 2025, la dilación de la asistencia gubernamental obligó a la propia población mapuche, incluyendo a niños/as a partir de los 11 años de edad, a auto organizarse en brigadas de emergencia para la confección de líneas cortafuegos. Asimismo, la ausencia de cobertura sanitaria elemental se refleja igualmente en la necesidad de las familias de recurrir a la organización de rifas comunitarios para financiar tratamientos médicos básicos, como la atención odontológica de los niños.

Violencias, reprivatización y “desentronización de la infancia”

Las reformas regresivas y de ajuste fiscal han sido promovidas activamente en la arena pública por funcionarios/as nacionales, con una marcada amplificación en plataformas digitales y redes sociales. En este ámbito virtual se ha evidenciado un incremento de la violencia verbal direccionada hacia la niñez, un patrón de hostilidad también dirigido hacia el sistema científico, las universidades, los jubilados y el sector de discapacidad. En efecto, al momento de redactar estas líneas, el cuerpo docente universitario sostiene medidas de fuerza ante el incumplimiento de la Ley de Financiamiento Universitario.

Este clima de violencia simbólica y física se materializa en casos de alta gravedad institucional y social:

1. La agresión física contra una niña de 10 años en septiembre de 2024, quien fue gaseada con gas pimienta por fuerzas policiales durante una movilización en defensa de la movilidad jubilatoria. Respecto de este suceso, la niña declaró: “Yo siento que los policías se sentían orgullosos de tirarnos gas pimienta, incluso, Patricia Bullrich (entonces ministra de seguridad) le echa la culpa a mi mamá por llevarme a la manifestación”.
2. El hostigamiento digital hacia Ian Moche, un activista neurodivergente de 12 años con autismo. En el marco de los reclamos contra los recortes en políticas de discapacidad, el niño fue blanco de agravios sistemáticos en la plataforma X por parte del Presidente de la Nación y sus partidarios, quienes difundieron datos sensibles de su vida privada como su escuela y su domicilio particular. Posteriormente, en televisión abierta, el entonces director de la Agencia Nacional de Discapacidad, Diego Spagnuolo, interpeló a la madre del niño sosteniendo que la responsabilidad ante un hijo con discapacidad correspondía con exclusividad al ámbito familiar y no al Estado.

Estas dinámicas configuran lo que analíticamente se puede definir como un proceso de “desentronización de la infancia”, por el cual se intentan desplazar las problemáticas de los derechos de la niñez de la esfera del debate público y las obligaciones estatales para reubicarla como un asunto del fuero estrictamente privado y familiar. Se busca así eclipsar los modelos de desarrollo precedentes que consagraban a los niños y niñas un rol prioritario, alineado con las concepciones del valor inconmensurable de la infancia (ZELIZER, 1985) construidas históricamente bajo la influencia de las potencias noratlánticas.

Esta desestatización va de la mano de una reprivatización de los cuidados que sobrecarga de responsabilidades y tareas de subsistencia a los hogares y, fundamentalmente, a las mujeres (COOPER, 2017; EPELE, 2010). A su vez, debilita y fragmenta el tejido comunitario de contención (MORANO et al., 2025), a la par que obstaculiza la ejecución de proyectos de investigación socioantropológica orientados a las infancias debido al cuestionamiento y desfinanciamiento de las ciencias sociales.

Dinámicas Locales, “neuquinidad” y Resistencia Mapuche

A pesar de la convergencia nacional de estas políticas, los efectos locales presentan variaciones significativas en la provincia de Neuquén. Si bien las comunidades mapuche de la región experimentan episodios de violencia institucional y represión policial en el marco de demandas territoriales e identitarias, el ensañamiento verbal hacia las infancias en el espacio de discusión pública no adquiere la misma magnitud. Esto se asocia a la vigencia de nociones político-culturales vinculadas a la “neuquinidad”, que se caracteriza por altos niveles de articulación comunitaria y una densa red de movilización social en defensa de los derechos humanos, los derechos del pueblo mapuche y las garantías de las infancias y adolescentes.

Frente al avance del capitalismo tardío y las nuevas derechas, las familias y las comunidades mapuche despliegan de forma persistente estrategias situadas de resistencia. Estas no se limitan a la acción directa en el espacio público, sino que involucran la activación y puesta en práctica del mapuche *kimvn* (conocimiento ancestral mapuche) como caja de herramientas para mitigar las adversidades materiales y simbólicas.

Una dimensión en la cual se han registrado avances significativos es en torno de la educación. Por un lado, diferentes comunidades continúan fortaleciendo sus prácticas educativas propias en la formación de sus niños y niñas. Por el otro lado, al interior de diversas escuelas neuquinas, también se está fortaleciendo la educación mapuche mediante la incorporación de la enseñanza del *mapuzugun* la lengua mapuche, la platería, el telar y elementos centrales del conocimiento mapuche sobre su entorno, por parte de docentes de las comunidades. A pesar de enfrentar fricciones, cuestionamientos y destratos por parte de sectores del cuerpo docente formal, los niños, niñas y sus familias demuestran un sostenido interés y un proceso de apropiación activa de estos saberes vinculados al modo mapuche de pensar y estar en el mundo.

Andrea Szulc (Universidad de Buenos Aires - CONICET)

Editora Asociada

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COOPER, M. **Family Values.** Between Neoliberalism and the New Social Conservatism. New York: Zone Books, 2017.

EPELE, M. **Sujetar por la herida:** Una etnografía sobre drogas, pobreza y salud. Buenos Aires: Paidós, 2010.

FRASER, N. “Las contradicciones del capital y los cuidados”. **The new left review**, n. 100, p. 111-132, 2020.

MORANO, L. et al. “Diálogos antropológicos para pensar la niñez y su cuidado en tiempos signados por las nuevas derechas”. XIII Congreso de Antropología Social, San Salvador de Jujuy, Universidad Nacional de Jujuy. 2025.

ZELIZER, V. **Pricing the priceless child.** *The changing social value of children.* New York: Basic Books, Inc. Publishers, 1985.